



Editoração SEAD
CEARÁ
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 18 de outubro de 2005

SÉRIE 2 ANO VIII N° 199

Caderno Único

Preço: R\$ 2,80

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº27.955, de 14 de outubro de 2005.

REGULAMENTA A LEI Nº13.622, DE 15 DE JULHO DE 2005, QUE INSTITUIU O SISTEMA DE PREMIAÇÃO PECUNIÁRIA AOS POLICIAIS CIVIS E MILITARES PELA APREENSÃO DE ARMAS DE FOGO, ACESSÓRIOS E MUNIÇÕES.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art.88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a Lei nº13.622, de 15 de julho de 2005, que instituiu o sistema de premiação pecuniária aos policiais civis e militares pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições; CONSIDERANDO os altos índices de lesões e óbitos causados pelo uso indevido de armas de fogo, figurando o Brasil em 2º lugar em número de homicídios, dentre 57 países ou territórios, de acordo com dados apresentados pela UNESCO; CONSIDERANDO que, no Ceará, a arma de fogo é o instrumento utilizado em 56% (cinquenta e seis por cento) dos homicídios dolosos, representando uma grave ameaça à vida e à integridade física do cidadão, a necessitar de uma maior intervenção dos órgãos de segurança pública e defesa social no seu combate; CONSIDERANDO que o programa de desarmamento do Governo Federal motivou as pessoas de boa índole a, espontaneamente, entregarem armas de fogo em seu poder, mas não trouxe incentivo para a apreensão de armas de fogo irregulares pelos policiais civis e militares; CONSIDERANDO que o Governo do Estado identificou a conveniência de instituir a premiação pecuniária por apreensão de armas de fogo, acessórios e munição, como uma importante medida de incentivo aos profissionais de segurança pública para execução de ações que busquem uma significativa redução das armas de fogo em circulação; DECRETA:

Art.1º. Com apoio no disposto na Lei estadual n. 13.622, de 15 de julho de 2005, este Decreto estabelece normas e procedimentos para a concessão de premiação pecuniária aos policiais civis e militares pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, que estejam em situação irregular, conforme definido na Lei federal nº10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Parágrafo único. A premiação de que trata o caput denomina-se Prêmio, pela Apreensão de Armas de Fogo, Acessórios e Munições.

Art.2º. Os valores dos Prêmios pela Apreensão de Armas de Fogo, Acessórios e Munições são os indicados, por item, no Anexo Único deste Decreto.

§1º. Apreendida mais de uma arma de fogo, acessório e munição, no mesmo evento, o responsável pelas apreensões fará jus ao valor correspondente ao somatório de cada item apreendido.

§2º. No caso de mais de um policial participar diretamente do evento, o valor correspondente a cada arma de fogo, acessório ou munição apreendidos, será rateado igualmente entre os participantes.

§3º. Considera-se para fins deste artigo, quando em condição de uso:

a) acessório: a mira a laser, a luneta, o silenciador, todos acopláveis à arma de fogo, e ainda o carregador rápido de munição, os quais se agregam à referida arma com o intuito de melhorar seu desempenho;

b) munição: o conjunto contendo estojo, espoleta, pólvora e projétil;

§4º. O valor referente à munição apreendida equivalerá a 1% (um por cento) do valor estipulado para a correspondente arma de fogo constante no Anexo Único deste Decreto.

§5º. Fica atribuído o valor de R\$25,00 (Vinte e cinco reais) por cada acessório apreendido.

Art.3º. Para ter direito à percepção do Prêmio o policial civil ou militar deverá:

I - pertencer ao quadro de ativos da Superintendência da Polícia Civil ou da Polícia Militar do Ceará, respectivamente;

II - comprovar que a apreensão ocorreu em razão do

cumprimento de missão oficial voltada para a prevenção ou o restabelecimento da ordem e segurança públicas, executada por guarnições, equipes ou individualmente, ou de ação policial legítima em face de dever de ofício e das prerrogativas funcionais.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se pertencente ao quadro de ativos, o policial civil ou militar que esteja no pleno exercício de suas funções dentro do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado.

Art.4º. O recebimento do Prêmio dar-se-á mediante implantação na folha de vencimentos do policial, conforme sistemática a ser definida e processada pela Secretaria da Administração do Estado, vedada qualquer outra forma de pagamento.

Art.5º. As armas de fogo, acessórios e munições apreendidos, na conformidade deste Decreto, bem como seu portador ou possuidor, deverão ser apresentados pelo policial responsável à autoridade competente mais próxima do local da apreensão, para a formalização dos procedimentos policiais necessários.

Art.6º. Para fazer jus à concessão do Prêmio, o policial deverá apresentar requerimento ao seu chefe, comandante ou diretor imediato, acompanhado de cópia do termo de apresentação e apreensão legal, assinado por autoridade competente.

§1º. Recebida a solicitação, o chefe, comandante ou diretor deverá encaminhar o requerimento, de imediato, ao gestor maior de seu órgão para fins de análise e encaminhamento ao Secretário da Segurança Pública e Defesa Social.

§2º. Cabe ao Secretário da Segurança Pública e Defesa Social nomear, por meio de portaria, comissão permanente para verificação e reconhecimento da procedência da solicitação de premiação.

§3º. A comissão de que trata o parágrafo anterior terá o prazo de 30 (Trinta) dias para conclusão dos trabalhos, após o recebimento da documentação pertinente.

§4º. Reconhecido o direito à premiação, o Secretário da Segurança Pública e Defesa Social encaminhará à Secretaria da Administração, para publicação no Diário Oficial do Estado, portaria contendo relação dos beneficiados para o processamento do pagamento.

§5º. Para fins de concessão do Prêmio, as armas de fogo, acessórios e munições apreendidos, deverão ser devidamente periciadas para a comprovação da sua condição de uso.

Art.7º. O Secretário da Segurança Pública e Defesa Social estabelecerá outras normas e procedimentos necessários à implementação do disposto neste Decreto e resolverá os casos omissos.

Art.8º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, os quais serão suplementados, se insuficientes.

Art.9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.10. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO IRACEMA, DO GOVERNO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 14 de outubro de 2005.

Lúcio Gonçalves de Alcântara
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Carlos Mauro Benevides Filho
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Théo Espíndola Basto
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº27.955, DE 14 DE OUTUBRO DE 2005

REVÓLVER	VALOR
Cal. 22	R\$100,00
Cal. 32	R\$100,00
Cal. 38	R\$100,00
Cal. 357 Magnum	R\$100,00
Cal. 44	R\$100,00
Cal. 44 Magnum	R\$100,00

Governador
LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA
 Vice – Governador
FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR
 Chefe do Gabinete do Governador
AFONSO CELSO MACHADO NETO
 Secretário do Governo
LUIZ ALBERTO VIDAL PONTES
 Procurador Geral do Estado
WAGNER BARREIRA FILHO
 Chefe da Casa Militar
CEL. QOPM ZENÓBIO MENDONÇA GUEDES ALCOFORADO
 Secretária Extraordinária de Inclusão e Mobilização Social
MARIA CELESTE MAGALHÃES CORDEIRO
 Secretário da Ação Social
RAIMUNDO GOMES DE MATOS
 Secretário da Administração
CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO
 Secretário da Agricultura e Pecuária
CARLOS MATOS LIMA
 Secretário da Ciência e Tecnologia
HÉLIO GUEDES DE CAMPOS BARROS
 Secretária da Controladoria
MÔNICA CLARK NUNES CAVALCANTE
 Secretária da Cultura
CLÁUDIA SOUSA LEITÃO
 Secretário do Desenvolvimento Econômico
FRANCISCO RÉGIS CAVALCANTE DIAS

Secretário do Desenvolvimento Local e Regional
ALEX ARAÚJO
 Secretária da Educação Básica
SOFIA LERCHE VIEIRA
 Secretário do Esporte e Juventude
LÚCIO DE CASTRO BOMFIM JÚNIOR
 Secretário da Fazenda
JOSÉ MARIA MARTINS MENDES
 Secretário da Infra-Estrutura
LUIZ EDUARDO BARBOSA DE MORAES
 Secretário da Justiça e Cidadania
JOSÉ EVÂNIO GUEDES
 Secretário da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente
JOSÉ VASQUES LANDIM
 Secretário do Planejamento e Coordenação
FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR
 Secretário dos Recursos Hídricos
EDINARDO XIMENES RODRIGUES
 Secretário da Saúde
JURANDI FRUTUOSO SILVA
 Secretário da Segurança Pública e Defesa Social
THÉO ESPÍNDOLA BASTO
 Secretário do Trabalho e Empreendedorismo
ROBERTO EDUARDO MATOSO
 Secretário do Turismo
ALLAN PIRES DE AGUIAR
 Defensora Pública Geral
MARIA AMÁLIA PASSOS GARCIA

PISTOLA	VALOR
Cal. 22	R\$100,00
Cal. 6,35	R\$100,00
Cal. 7,65	R\$100,00
Cal. 380	R\$100,00
Cal. 9mm	R\$200,00
Cal. 10mm	R\$200,00
Cal. 40	R\$200,00
Cal. 357	R\$200,00
Cal. 44 Magnum	R\$200,00
Cal. 45	R\$200,00
ESPINGARDAS	VALOR
Cal. 40	R\$100,00
Cal. 36	R\$100,00
Cal. 32	R\$100,00
Cal. 28	R\$100,00
Cal. 24	R\$100,00
Cal. 20	R\$100,00
Cal. 16	R\$100,00
Cal. 12	R\$100,00
CARABINAS	VALOR
Cal. 17	R\$100,00
Cal. 22	R\$100,00
Cal. 22 Magnum	R\$100,00
Cal. 32.20	R\$100,00
Cal. 38	R\$100,00
Cal. 38.40	R\$100,00
Cal. 44.40	R\$100,00
FUZIS	VALOR
Cal. 7mm	R\$200,00
Cal. 762/308	R\$200,00
Cal. 223/556	R\$200,00
Cal. 243	R\$200,00
Cal. 375	R\$200,00
Cal. 338	R\$200,00
Cal. 30	R\$200,00
Cal. 30 carbine	R\$200,00

*** **

GOVERNADORIA

GABINETE DO GOVERNADOR

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº32/2004

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 33/2004; II - CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DO GABINETE DO GOVERNADOR; III - ENDEREÇO: AV. DR. JOSÉ MARTINS RODRIGUES, 150, EDSON QUEIROZ; IV - CONTRATADA: **JOCATER SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA**; V - ENDEREÇO: AV. ROGACIANO LEITE, 61, COCÓ; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 8.666/93 E SUAS MODIFICAÇÕES; VII- FORO: FORTALEZA - CEARÁ; VIII - OBJETO: **PRORROGAR O REFERIDO CONTRATO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA**; IX - DA VIGÊNCIA: 1º DE OUTUBRO DE 2005 A 30 DE SETEMBRO DE 2006; X - DA RATIFICAÇÃO: PERMANECEM EM VIGOR AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES QUE NÃO FORAM EXPRESSAMENTE ALTERADAS POR ESTE TERMO ADITIVO; XI - DATA: 1º DE OUTUBRO DE 2005; XII - SIGNATÁRIOS: AFONSO CELSO MACHADO NETO - CHEFE DO GABINETE DO GOVERNADOR E JOÃO CARLOS PINTO FERREIRA - PROPRIETÁRIO DA EMPRESA JOCATER.

Júlio Santos Neto

COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

*** **

SECRETARIA DO GOVERNO

PORTARIA Nº230/2005 - O COORDENADOR DA COORDENADORIA ADMINISTRATIVO FINANCEIRA DA SECRETARIA DO GOVERNO, CONFORME PORTARIA Nº155/2004, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de executar atividades em eventos oficiais do Governo do Estado, concedendo-lhes diárias e meia, de acordo com o artigo 1º; alínea b, do §1º do art.3º; art.15 do Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Governo. SECRETARIA DO GOVERNO, em Fortaleza, 10 de outubro de 2005.

Carlos Ernesto Vieira Cavalcante

COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.